

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	1	

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 101ª
(CENTÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 7 DE NOVEMBRO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.
Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.
Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

Informo que, conforme o Ato da Mesa Diretora nº 8, concede-se licença a Parlamentar para participação em evento externo do Sr. Presidente Deputado Joe Valle para missão técnica internacional, no período de 5 a 12 de novembro de 2017, sem ônus para a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Eu quero apenas dizer que estou aqui, Sr. Presidente, para votar o que V.Exa. determinar. Não estive ontem na reunião de Líderes porque cheguei depois do encerramento, mas quero dizer que, sob o seu comando, estou aqui pronto para votar as matérias que V.Exa. queira.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Deputado. Ontem, quando soube que V.Exa. não estava no Colégio de Líderes, eu também encerrei a reunião, porque, sem V.Exa., não existe reunião de Líderes.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	2	

Boa tarde, Deputada Luzia de Paula e todos que aqui se encontram. Sejam muito bem-vindos.

Não se verificando *quorum* para o início dos trabalhos e conforme o disposto no art. 109 do Regimento Interno, os trabalhos serão suspensos por trinta minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h05min, a sessão é reaberta às 15h21min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está reaberta a sessão. Quero dar boas-vindas a todos e, em especial, aos nossos professores. Sejam bem-vindos. Muito obrigado pela presença de vocês e de todos os demais servidores que aqui se encontram. Muito obrigado pela presença.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos acompanhado a política econômica desenvolvida pelo golpista Michel Temer. Eu acompanho de perto, especialmente essa política maldita relacionada ao preço dos combustíveis no Brasil. Nós sabemos que o Brasil é autossuficiente em petróleo e todo mundo sabe que, em todos os países produtores, o derivado do petróleo, Deputado Wellington Luiz, é barato. É só comparar o preço da gasolina e o preço do gás liquefeito na Bolívia e até mesmo nos Estados Unidos.

O único país que acompanha agora o chamado preço internacional, que é de acordo com a variação do dólar, é o Brasil. E nós passamos agora a ter aumento de gasolina duas vezes por semana. Já se fala que o aumento do gás vai chegar a 100 reais nos próximos dias. Quem mais sofre com isso é a população mais pobre, que não come em restaurante e tem que preparar o feijão, geralmente bastante duro para cozinhar. Vejam o sofrimento vivido por essas pessoas, que têm que comprar gás de cozinha já chegando aos 100 reais, além do preço da gasolina, especialmente aqui no Distrito Federal.

Toda vez que dizem que vão aumentar, antes de anunciar, eles já aumentam. E, quando dizem que vai ter redução, nunca acontece para o bolso do consumidor.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	3	

Portanto, essa é uma política de preços terrível, tem que ser combatida. Não podemos aceitar, em hipótese nenhuma, essa política econômica terrível que está sendo praticada neste País, especialmente no que tange ao preço dos combustíveis no Brasil.

Há um segundo ponto que eu quero abordar na tarde de hoje. Aproveito que está aqui o Deputado Agaciel Maia, Líder do Governo, a Deputada Luzia de Paula, e os Deputados Raimundo Ribeiro, Telma Rufino e Wellington Luiz. Eu pergunto ao Deputado Raimundo Ribeiro: tem governo no Distrito Federal? Essa é a grande indagação que eu faço. Tem governo? Por que não paga a pecúnia dos professores? Nem honra o direito dos aposentados, que trabalharam a vida inteira, mas na hora em que saem e têm um recurso para receber, o governo não paga. Disse que se pegasse o dinheiro do Iprev, pagaria todo mundo. Não pagou ninguém!

Deputado Agaciel Maia, esse governo é tão ruim, que até mesmo as leis aprovadas por ele não são cumpridas. V.Exa. sabe a luta que nós travamos aqui para aprovar uma lei que garantisse o direito de as cantineiras continuarem nas escolas. O projeto é do Executivo, mas o Executivo não fez nada para o cumprimento da lei. Agora os cantineiros estão recebendo notificações dos oficiais de Justiça, dando trinta dias para se retirarem, sob pena de pagarem uma multa de 10 mil reais por dia. Como o cantineiro tem 10 mil reais para pagar por dia, se ele não ganha nem 200 reais?

Os vigilantes estão há 23 dias acampados nos postos, para garantir o emprego, e o governo não faz nada porque está mancomunado com as empresas. Os trabalhadores estão pagando o preço da incompetência e da irresponsabilidade.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, primeiro quero parabenizar V.Exa. por deixar vivo esse tema, que aflige as pessoas que fazem o serviço público. Essas pessoas merecem todo o respeito. Sua função é diferenciada dos demais empregados, porque o seu cliente é especial, é o cidadão do Distrito Federal.

Deputado Chico Vigilante, V.Exa. centralizou essa questão na área da educação. É claro que nós sabemos, eu lembro que estive com o Deputado Wasny de Roure, estive com o Deputado Julio Cesar e com V.Exa. várias vezes no governo, para conseguirmos aquilo que, de repente, nem era necessário existir como problema. Trata-se do pagamento das pecúnias dos servidores. O que o governo precisava ter feito? É só uma questão de previsão. Se sabe que vai acontecer tal aposentadoria, se tem uma secretaria de planejamento, o mínimo que tem que fazer é essa previsão. Infelizmente o governo, além de não fazer, ainda nos recebeu e nos prometeu cronogramas e mais cronogramas de pagamento que nunca se concretizaram.

Quer dizer, o que torna mais grave a situação não é o ato em si. O ato em si já é muito ruim. É sabermos que o governo, a partir de um certo momento, adotou como instrumento de trabalho a mentira, e a mentira desacredita. Não é à toa que 90% da população do Distrito Federal não quer nem ouvir falar desse rapaz.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	4	

Nós temos agora uma situação que envolve inclusive o nosso Presidente em exercício, Deputado Wellington Luiz. Envolve que eu digo no sentido de que trabalha nessa área. Nós tivemos agora em Brasília, nesse fim de semana, onze homicídios, dados do SINPOL – Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal. Foram onze homicídios consumados e dez tentados. Isso significa dizer que 21 pessoas, de alguma forma, foram vitimadas. Alguns tiveram a vida ceifada, dez não.

Existem outros dados de que daqui a pouco nós vamos falar, mas o que eu considero tão grave quanto o fato é você ter que ver a televisão e o rádio dizerem que a segurança no Distrito Federal está normal. Quer dizer, o sujeito está gastando dinheiro público para mentir para a população, para dizer, traduzir, tentar traduzir uma realidade que só existe no imaginário dele. Quer dizer, a população não pode conviver com esses dois problemas: um que é o problema em si da insegurança; o outro é a tentativa de tapar o sol com a peneira, usando como ferramenta de trabalho a mentira.

Então, isso, infelizmente, está acontecendo no Distrito Federal, está acontecendo em Brasília, uma cidade que não nasceu para ter que conviver com isso que se autointitula Governo do Distrito Federal.

Muito obrigado pelo aparte.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

Para concluir, quero dizer o seguinte: o dinheiro que o governo gastou e continua gastando nesse ano de 2017 para pagar propagandas em rádios, jornais, televisões e *blogs*, para falarem bem dele, daria para pagar todas as pecúrias e ainda sobraria dinheiro; daria, Deputado Wellington Luiz, para colocar todos os medicamentos que estão faltando nos hospitais e ainda sobraria dinheiro; daria para tapar os buracos. Começaram as chuvas, e, mesmo nós pagando o nosso IPTU em dia, os nossos carros continuam sendo danificados pela incompetência do Governo do Distrito Federal. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Parabéns pelo pronunciamento. Parabéns pelo aparte do Deputado Raimundo Ribeiro.

Eu vou ter que suspender a sessão por cinco minutos, mas antes quero registrar aqui a presença dos professores aposentados e da Diretora Rosilene. Não vi a Rosilene. Ela me fez o pedido para que uma comissão de professores aposentados pudesse conversar com os Deputados. Solicito ao Deputado Agaciel Maia, que é Líder, que possamos juntos encontrar uma solução. Vários Deputados aqui votaram e aprovaram o projeto do IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal. Então, já que essa lei foi aprovada, ninguém tem dúvida de que há recursos suficientes. E ela foi aprovada com o compromisso de que o Governador iria pagar os atrasados, os compromissos com esses professores. Então, nada mais justo de que ele honre. Não é possível que o Governador vá continuar com essa mentira. Nós

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	5	

acreditamos muito na interlocução do Deputado Agaciel Maia, que é o nosso Líder do Governo.

Vou suspender a sessão por dez minutos e pedir que a comissão venha até aqui para conversar com os Parlamentares. Cadê a Rosilene? Vem cá, mulher de Deus, desça para cá. Se alguma comissão quiser aproveitar para descer... Rosilene, há mais alguém? O Léo já tinha falado comigo, e a minha assessora Ana Cláudia também, para que a gente então...

Vou suspender muito rapidamente, vamos conversar e, daqui a pouco, voltamos com os Comunicados de Líderes, dando continuidade à nossa sessão. Então, suspendo a sessão por dez minutos.

(Suspensa às 15h35min, a sessão é reaberta às 16h07min.)

(Suspensa às 15h35min, a sessão é reaberta às 16h07min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está reaberta a sessão.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)

O Deputado Chico Vigilante já fez uso da palavra pelo PT.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde a todos da galeria.

Primeiro, quero pedir desculpas. A gente não está atrasado, pois a gente estava num excelente debate na comissão especial que trata da revisão da Lei Orgânica. Infelizmente não chegamos a um acordo, e o debate continua na próxima terça-feira. Mas foi saudável.

Hoje só quero falar, rapidamente, a respeito da inauguração da farmácia de alto custo, que ocorreu lá no Gama. Deixou a gente feliz.

Temos trabalhado bastante nessa temática da farmácia de alto custo. Todos os anos, 5 milhões das nossas emendas parlamentares vão especificamente para a aquisição de remédio de alto custo e, o melhor, houve uma melhora significativa na parte da recepção. O tempo todo estava aí, nas manchetes de jornais, negativamente, que as pessoas ficavam em pé, não havia painel, as pessoas eram chamadas no grito, e aí conseguimos colocar uma emenda de 200 mil reais para que fosse adquirido material para a área de recepção.

A emenda não foi executada, não a nossa, mas, mesmo assim, o Secretário de Saúde resolveu, com recursos próprios da Secretaria, atender a essa demanda nossa, a essa demanda dos trabalhadores que atendem lá naquela farmácia.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	6

O ambiente está bonitinho, com ar-condicionado, com novos refrigeradores, com banco para o pessoal sentar, para ser atendido com um mínimo de dignidade, que é o que o Poder Público deveria sempre fazer.

Com essa emenda de 5 milhões, a gente sabe que não se resolve o problema da falta de remédio, mas já se minimiza essa questão e, é claro, o sofrimento das pessoas que desses remédios necessitam.

Então, pelo menos uma notícia boa hoje é a inauguração dessa farmácia de alto custo lá na região do Gama, que atenderá toda a região sul de Brasília e também a região do Entorno.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras, parabéns pelo pronunciamento.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade, o qual parabeno pelo projeto de hoje, que atende os professores especiais. Parabéns, Deputado! Já fiz o compromisso e, logo que haja *quorum*, vamos, se os Líderes concordarem, inverter a pauta, será o primeiro item. É um projeto extremamente importante, um projeto que atende esses verdadeiros heróis e heroínas. E não podia esperar diferente de V.Exa., pelo brilhantismo da ideia. Eu acho que eu devia estar perto de V.Exa. quando teve essa ideia extraordinária.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade, pela Liderança do PR.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde. Professores e professoras, sejam bem-vindos à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Sr. Presidente, antes de tudo, nós gostaríamos de agradecer a V.Exa. Eu estava na Comissão Especial Destinada à Análise da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal – CEPELO. Estava tentando aprovar a PELO nº 77, da Carreira Fazendária. V.Exa. não é um entusiasta exatamente desse projeto, mas gostaria de agradecer a V.Exa. o fato de ter aberto espaço para que pudéssemos falar e ir até o fim. Infelizmente, não conseguimos a votação nesta tarde, mas esperamos que, na terça-feira, seja votada. Dos membros presentes da Comissão – são seis –, cinco são favoráveis e apenas um contrário. Assim poderemos trazê-la ao plenário, pois aqui é o lugar dessa discussão. Agradeço a V.Exa., mais uma vez.

Eu também gostaria de fazer um pedido a todos os Líderes, inclusive, ao nosso Líder Deputado Agaciel Maia e ao Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Chico Leite, Deputado Ricardo Vale, Deputada Luzia de Paula, Deputado Wasny de Roure, Deputada Telma Rufino, Deputada Celina Leão, Deputado Raimundo Ribeiro, Deputado Cláudio Abrantes, porque esse projeto que queremos votar nesta tarde não é um projeto meu, é um projeto nosso, é um projeto para a educação do Distrito Federal, que vai beneficiar muito aqueles professores que precisam que isso seja

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	7	

aprovado ainda neste ano, já que é um direito que dá a eles a escolha para que eles possam servir melhor naquilo que é a educação.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, eu queria parabenizar V.Exa. pela lucidez. Conversando com um grupo de professores, fiquei bastante empolgado pela sensibilidade que V.Exa. teve em identificar uma demanda específica, entretanto, extremamente relevante não apenas para aqueles portadores de necessidades especiais, mas também para um conjunto daqueles que foram privilegiados pelas condições da natureza. Então, V.Exa. foi muito criativo, e terei o maior prazer de votar este projeto. Conte comigo, Deputado.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, eu estava conversando aqui com o Deputado Chico Leite. Inicialmente, não é nenhuma surpresa a competência e o brilhantismo com que V.Exa. faz esse pleito justo e merecido. A Liderança do Governo concorda com V.Exa. O Deputado Chico Leite também aqui concorda. É um pleito justo trazido por V.Exa., Deputado Bispo Renato Andrade, como sempre, V.Exa. sempre à frente no interesse das pessoas que realmente necessitam. Esse é o papel da Câmara Legislativa, e V.Exa., como Deputado Distrital, o faz muito bem. Então, eu só quero reafirmar que V.Exa. pode contar que estamos aqui prontos para votarmos o projeto.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Muito obrigado, Deputado Agaciel Maia. Só tenho a agradecê-los para mostrar, mais uma vez, que o projeto não é meu, é nosso!

Eu gostaria também, Sr. Presidente, de fazer aqui ao Deputado Agaciel Maia um pedido – ou pelo menos vou tentar desabafar.

Dia 30 se comemora o Dia do Evangélico. Ser feriado ou não é outra história, porque eu também não concordo que seja feriado, acho que não é necessário feriado para comemorar a data – acho que deveria ser à Bíblia Sagrada. Mas dia 30 é o Dia do Evangélico. Todos os anos desse atual Governo Rodrigo Rollemberg, nunca se fez uma atividade voltada ao fomento daqueles que não emprestam apenas a religiosidade, o ensino da palavra de Deus, mas que também estão focados na educação, focados no trabalho social, focados em ir aonde o Estado não vai. Batemos de porta em porta não para pedir voto, mas para levar conforto às famílias, para levar uma palavra amiga, para levar alimentos, o que o Estado deveria fazer, mas não faz.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	8

Deputado Delmasso, Presidente da Frente Evangélica desta Casa, eu acho que o Governador Rodrigo Rollemberg, por meio do seu Secretário Guilherme, deveria olhar com melhores olhos e tratar melhor esta comunidade que beira 1 milhão de habitantes aqui no Distrito Federal. Não pela religião que professamos, mas pelo trabalho que nós emprestamos à população do Distrito Federal como um todo. Não queremos favores, não queremos tratamento privilegiado, mas, se não se pode privilegiar um lado, não se privilegie o outro. Vai se gastar quase 1 milhão de reais com uma festa na virada do ano, vai se gastar outro tanto em outros eventos, mas, quando se fala do segmento evangélico... Nós não queremos nenhuma emenda parlamentar – eu, pelo menos, não tenho nenhuma, não destino emenda parlamentar para eventos –, mas o Estado tem de dar tratamento igualitário a todos, não importa quem: seja na Prainha; seja no Porão do Rock, pelo qual o Deputado Cláudio Abrantes batalha muito bem; seja no Morro da Capelinha, com a festa brilhante que acontece no mês de abril. Precisamos disso também, porque levamos a palavra, porque levamos educação e também porque temos uma cultura própria, que é a cultura *gospel*.

DEPUTADO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, primeiro, parabênzo V.Exa. pelo pronunciamento.

O Dia do Evangélico, deixo bem claro, não é uma comemoração de uma religião, mas, na realidade, é uma lembrança do que, quinhentos anos atrás, aconteceu no mundo, que foi a Reforma Protestante. Eu, semana passada, usei essa tribuna, no dia 31 de outubro, para justamente enaltecer a Reforma Protestante, em comemoração aos seus quinhentos anos, trazendo, Deputado Bispo Renato Andrade, quais foram as contribuições desta reforma para a sociedade, principalmente para a área da educação.

Faço saber que a teoria do Estado laico nasceu, Deputada Telma Rufino, para quem não sabe, da Reforma Protestante. A primeira carta de direitos humanos que foi escrita, quem escreveu foi Martinho Lutero, utilizando o versículo "Amai o próximo como a ti mesmo." A carta de valorização da pessoa como ser humano foi escrita por Martinho Lutero, e uma das teses defendidas pela Reforma Protestante, da qual todas as igrejas evangélicas são oriundas, sejam elas as tradicionais, as pentecostais ou as neopentecostais. Elas nasceram com esta reforma. A primeira defesa, Deputado Bispo Renato Andrade, para quem não sabe, da escola pública gratuita e de qualidade foi feita pelos reformistas há quinhentos anos. Então, quando o Estado avilta esse tipo de manifestação, ele está dizendo que nós não fazemos parte da construção histórica de uma sociedade.

Muitos defendem hoje, como é colocado, a questão dos direitos humanos, mas quero deixar bem claro que essa discussão começou na nossa gênese. Essa discussão começou no nosso nascimento, que foi na Reforma Protestante, em 1517, por Martinho Lutero, quando ele afixou na Capela Sistina as 95 teses.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	9		

Deputado Bispo Renato Andrade, o Dia do Evangélico – eu discordo do dia – na realidade, não deve ser dia 30 de novembro, mas dia 31 de outubro. Muitas pessoas falam: “Deputado Delmasso, isso vai conflitar com o Dia das Bruxas.” Perdoem-me, mas o Dia das Bruxas não existia há quinhentos anos e não fez história como o protestantismo fez, a partir do momento da Reforma Protestante.

Eu defendo, sim, não só a alteração da data, mas que o Estado venha a valorizar essa manifestação histórica que representa aqui no Distrito Federal – Deputado Wellington Luiz, nós, os protestantes, não estou falando dos evangélicos – mais de 40% da população da Capital da República.

Obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, V.Exa. tem razão. É uma data a ser comemorada. A gente deu um exemplo lá em Planaltina, depois de um período em que não tinha apoio a cruzada evangélica. Foi feita uma grande comemoração em Planaltina com o apoio não só do Deputado Julio Cesar, como também do Deputado Delmasso, principalmente com o apoio de estrutura lá da administração. Foi um sucesso a festa da Cruzada Evangélica em Planaltina. O Deputado Wasny de Roure também ajudou e foi importante. Eu acho que as pessoas que estão enaltecendo as pessoas do bem têm que ser valorizadas. E V.Exa. vem muito bem nesse caminho de destacar e de cobrar desta tribuna esse papel. Apenas quero lembrar que, tendo boa vontade, se faz. Nós fizemos a Cruzada Evangélica em Planaltina. Foi um sucesso com poucos recursos. Ou seja, hoje não é o objetivo maior fazer coisas suntuosas, mas coisas bem organizadas, minimizando custos e que possam exatamente enaltecer essas pessoas que nada mais fazem que o bem à população.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Deputado Bispo Renato Andrade, eu queria inicialmente parabenizar V.Exa. por estar deixando inclusive num formato legislativo a possibilidade de esses profissionais escolherem um formato para um trabalho tão necessário para a nossa sociedade, os nossos professores, mas principalmente na educação especial. Eu queria compartilhar com este Plenário um compromisso que fizemos e em que estivemos presentes. Cumprimento o Deputado Agaciel Maia porque o administrador dele esteve lá.

Eu tive a oportunidade de ir ao Centro de Ensino Especial de Planaltina. Vocês precisam ver o carinho dos professores daquela comunidade com aquele Centro de Ensino Especial. Eles fizeram uma festa junina, Deputado Bispo Renato Andrade, que não ficava atrás de nenhuma escola particular do Distrito Federal. O diretor, Deputado Wasny de Roure, inclusive agradeceu uma emenda que V.Exa. colocou no PDAF.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	10	

Então, eu quero parabenizá-lo, Deputado Bispo Renato Andrade, porque V.Exa. está deixando dentro da lei uma possibilidade de esses professores trabalharem com dignidade, atendendo onde eles acham que podem desenvolver um trabalho melhor. A gente sabe que quem vai para o ensino especial é aquela pessoa que está realmente dedicada, com carinho, com muito amor. Portanto, quero parabenizar V.Exa. pela iniciativa e dizer que pode contar com o nosso voto em nome do nosso bloco – Deputado Wellington Luiz, eu, Deputado Raimundo Ribeiro.

Quero falar também sobre os professores, sobre essa questão do calote, mas eu quero abordar isso no meu comunicado de Parlamentar.

Muito obrigada.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, obrigado pelo assunto que V.Exa. traz nesta tarde. Eu queria dizer que a gente fica um pouco surpreso. A gente comentava com o Deputado Agacieli Maia, que é o Líder de Governo, e sempre tem pedido nosso apoio nas votações mais importantes que têm acontecido nesta Casa, como o Instituto do Hospital de Base, a questão da previdência, que trouxeram recursos para o GDF.

Novamente está se aproximando o Dia do Evangélico. E novamente a gente tem que ficar batendo na porta, suplicando, pedindo para a Secretaria de Cultura nos ajudar a fazer um evento bacana. Sabemos que agora o GDF está melhorando. Acho que não tem por que a gente só receber “não”. O segmento evangélico é de quase 60% em Brasília e tem demonstrado a sua força. É um evento que se realiza e agora querem realizar no Ginásio Nilson Nelson, no dia 30. Acho que é importante a Secretaria apoiar este, assim como tem apoiado outros eventos, em que a gente não vê os Deputados terem que colocar emendas para serem executados. Eu não entendo por que, para os eventos evangélicos, há exigência de ter uma emenda Parlamentar. Eu não entendo isso. Por que nós temos de colocar a emenda sendo que, para os outros eventos, não há necessidade? Então, fica o apelo.

Eu acho que o governo tem uma grande oportunidade de dar a volta por cima e apoiar o Dia do Evangélico, realmente demonstrando que o governo também tem um carinho gigantesco pelo segmento evangélico.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, eu já vou encerrar, mas não sem antes comentar isto aqui, Deputado Julio Cesar. Eu fiquei sabendo, não sei se é verdade, que V.Exa. fez um pedido de audiência ao Secretário de Cultura, Guilherme, e ele pediu que V.Exa. enviasse uma pauta para tratar exatamente desse assunto do dia 30. Parece que está virando mania essa questão.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de encerrar dizendo o seguinte: V.Exa. já se comprometeu, e o item em discussão é o Projeto de Lei nº 1.084, de 2016, de minha autoria. Se houver *quorum* e anuência de todos os Líderes, que houvesse inversão de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	11

a pauta e que pudéssemos votá-lo, senão, não vai dar tempo para que todos sejam atendidos dentro da legislação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade. Vou, inclusive, pedir aos Parlamentares, por gentileza, que venham já, para dar uma satisfação a todos esses professores, àqueles que são vítimas do calote, a esses professores que aguardam a votação do Projeto de Lei nº 1.084. É necessário que a Câmara dê uma resposta hoje, aprove esse projeto e, se depender de mim, em primeiro e segundo turnos – claro, com a anuência dos Parlamentares.

Eu quero registrar e agradecer a presença dos alunos e professores da Escola Maria Montessori, participantes do projeto Cidadão do Futuro, promovido pela Escola do Legislativo. Sejam muito bem-vindos. Muito obrigado pela presença de vocês.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo apenas deixar isto registrado. Já pedi a palavra para mostrar meu descontentamento com a CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – em diversas situações, sobretudo na questão da crise hídrica. Contudo, eu penso que a gente tem que ser justo naquilo que também é correto.

Os moradores de Vicente Pires, em específico da Avenida São Francisco, antiga Avenida do Governador, há muito tempo estavam lá travados com uma obra cuja dificuldade se atribuía à Caesb. Pois bem, eu quero aqui reconhecer o trabalho que a Companhia tem feito nesse tocante.

Nós fomos recebidos pelo Ludovice esta semana, que prontamente orientou a Caesb para que fizesse as alterações necessárias, a fim de que o benefício que deveria chegar à população chegasse da forma mais rápida possível. Então, os moradores da Avenida São Francisco, em Vicente Pires, já o estão recebendo e a obra está andando devido à ação que a Caesb tomou. A gente espera que ela seja concluída em breve. Desejo apenas deixar esse registro de justiça, também, quando a Caesb acerta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes. Não se espera de V.Exa. outra postura. É assim que se faz oposição com seriedade. Deputado, parabéns. Quando há erro, nós fazemos a nossa parte de cobrar. Quando há acerto, nós temos que reconhecer. Parabéns, Deputado Cláudio Abrantes.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (Bloco Trabalho por Brasília. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, inicialmente, eu quero cumprimentar a galeria, as crianças que estão visitando hoje a Câmara Legislativa, os nossos professores, que estão aqui também reivindicando um direito que é legítimo, e todas as pessoas que estão participando desse debate também pela internet. Quero parabenizar a direção desta Casa porque a internet tem sido realmente divulgada, muitas pessoas estão

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	12	

acessando o *link* da Câmara Legislativa para acompanhar melhor os debates que estão acontecendo aqui.

Presidente, ao perceber os professores ali com uma faixa em que está escrito “Rollemberg caloteiro”, eu tenho que me somar a essa manifestação aqui nesta tarde. (Palmas.) Tenho que me somar não somente como Deputada, mas como, hoje, a representante desse bloco. Então, não venho aqui somente em nome da Deputada Celina, mas também em nome do Deputado Wellington Luiz, do Deputado Raimundo Ribeiro, em nome de todos os Deputados que fazem parte do nosso bloco.

Quero fazer uma retrospectiva muito rápida com vocês do que está acontecendo principalmente com o servidor público no Distrito Federal. Eu não consigo entender, Deputado Wellington Luiz, por que Rodrigo Rollemberg tem tanto ódio do servidor público. Eu acho que é porque ele entrou no Senado através do trenzinho da alegria, nunca teve que fazer uma prova. Então, ele nem sabe o que é concurso público. O ódio é tão grande, que é algo difícil de entender.

V.Exa. está aqui desde o começo do nosso mandato, inclusive na Presidência desta Casa. Eu estava juntando, fazendo um levantamento com a nossa equipe, foram mais de vinte iniciativas frontalmente contrárias ao servidor público, contra as quais esta Casa teve que se levantar. Até contra um decreto antigreve, um decreto inconstitucional, por meio do qual ele estava querendo proibir greve no Distrito Federal.

Ele conseguiu deter e reter o dinheiro – eu acho, inclusive, que é apropriação indébita – dos sindicatos, para que eles não tivessem força de ir para a rua. É algo que nós nunca vivemos no Distrito Federal. Eu acho que o tiro de misericórdia que ele realmente deu no servidor, e ele pagou muito caro para fazer uma campanha, para tentar iludir o servidor público, foi o do Iprev no último momento. É muito grave o que ele fez aqui na Casa com relação ao Iprev. Ele usou o discurso de que o Iprev seria a solução de tudo, a solução de todos os problemas dele, para convencer todas as pessoas que estavam contrárias ou frontalmente contrárias a esse projeto.

Nós temos um problema sério e grave aqui, que são as pecúnias. Muitas pessoas, Deputado Wellington Luiz, nunca tiraram licença, com a expectativa de que teriam direito quando fossem se aposentar. Muitas nem tiraram porque a Secretaria não tinha como repor. Então, muitas não tiraram. Vou fazer uma retificação na minha fala. Muitas, até numa coação do Estado, não tiraram, mas tinham perspectiva, quando fossem se aposentar, quando tivessem a possibilidade de receber essa pecúnia, de que iriam receber.

Aí, pessoal, eu queria contar para vocês que há um projeto de lei nesta Casa, que inclusive chegou na época em que eu era Presidente, tirando até a pecúnia, para vocês terem noção. Nós nem colocamos isso em discussão à época, porque, pelo amor de Deus! Você vai tirar um direito? Se quiser mudar a lei, de quem entrou, de quem vai entrar através do concurso público, mas tirar das pessoas que foram cerceadas no

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	13

seu direito de licença, numa perspectiva de futuro? Isso seria derrotado no Judiciário, porque é direito garantido, é direito trabalhista, ele não tem como mexer.

Aí ele veio com o mantra de que, se votássemos o projeto do Iprev, isso iria resolver tudo. Resolveu o problema de vocês? Ele pagou? Está na previsão de pagamento? Pois é, Deputado Wellington Luiz, as prioridades desse governo não são as mesmas prioridades da população. Se você perguntar para a população o que ela quer, é muito simples, pessoal. Ela quer saúde, educação de qualidade para os seus filhos, segurança e transporte digno. Não é muita coisa, não, Deputado. Mas como oferecer educação de qualidade, sem cuidar dos professores?

E o mais grave, que eu pude perceber, é o discurso de ódio que ele conseguiu fazer com as duas massas de professores do Distrito Federal. E por que, Deputado Wasny de Roure? Ele começou a disseminar para a massa... Nós tínhamos duas massas. A massa do Iprev contempla mais de 35 mil servidores, entre eles professores e outros servidores, que faziam jus àquele recurso, ninguém tinha mexido naquele recurso. E tínhamos uma outra massa. Qual era o discurso que ele falava? Temos que juntar as duas massas. Por quê? Porque isso iria capitalizar o fundo de vocês, que está descapitalizado, mas ele não vai fazer isso.

Pelas contas, em dois anos, não vamos mais ter dinheiro no Iprev, ou seja, não vai ter dinheiro nem para uma massa, nem para outra. Para fazer um raciocínio meio lógico, Deputado Wasny de Roure, é mais fácil para a gente entender, é a mesma coisa de usar dinheiro do cheque especial. Você usa porque está lá, mas depois você consegue pagar? É isso o que ele vai fazer com o dinheiro do Iprev. Ele vai aumentar o recurso que ele vai ter que pagar. Só que essa bomba, vou trabalhar muito para que não estoure no colo dele. Eu espero que a gente tire esse enrolemborg no próximo governo e que venha alguém competente assumir as bobagens que o Governador fez.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, V.Exa. apontou a questão da pecúnia de maneira bastante oportuna. Ela é exatamente o tempo que o servidor tinha direito para gozar com a sua família, para atender suas necessidades pessoais ou para qualquer tipo de projeto individual. Ele abriu mão, por uma necessidade do Estado – seja o professor, seja o médico, seja o enfermeiro – de atender à população. Ele então requisitou esse tempo do servidor, para utilizar em benefício da população. O governo pouco estava se importando com as reais prioridades do servidor, sejam suas necessidades pessoais, os objetivos familiares, seja sei lá o quê.

Deputada Celina Leão, V.Exa. colocou de maneira perfeita que uma das maneiras como o Governador se apresentou à sociedade para justificar o uso do recurso do Iprev foi a possibilidade de fazer frente às despesas das pecúnias. Eu estava ali, conversando com a Rosilene. Os dois anos de pecúnia remontam a um montante bastante expressivo, mas foi a opção que o governo fez. O governo apontou o recurso

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	14

do Iprev – como V.Exa. bem disse, para utilizar nesses próximos dois, três anos –, para então fazer frente. Ora, ele está disponibilizando utilizar mensalmente. O grande volume, a grande necessidade é no primeiro semestre, quando se dá a aposentadoria do servidor, e nós estamos tratando de servidores que se aposentaram ao longo dos anos de 2016 e 2017. Exatamente, os dois anos vão se concluir no final de 2017.

O importante é o governo dizer agora para a sociedade de onde ele quer resolver o problema. Ele se comprometeu com a sociedade, então deve honrar sua palavra. Como Governador, ele tentou mostrar a legitimidade do pleito dele.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Deputado Wasny de Roure, para complementar, eu queria fazer uma proposta de encaminhamento, aproveitando aqui a presença do nosso Líder de Governo. Todos os anos o governo não executa as emendas dos Parlamentares. Ele faz um pedido oficial para colocarmos na reserva de contingência, e aí ele usa do jeito que quer. Eu quero fazer uma proposta diferente este ano, porque ele vai falar para a Secretaria de Educação e para os professores que ele não tem orçamento. Eu faço uma proposta: que a gente pegue os recursos dos Deputados que quiserem – o meu deve dar 7 milhões ou 8 milhões –, Deputado Wellington Luiz, Deputado Raimundo Ribeiro, junte tudo isso e pague as pecúnias, em vez de colocar na reserva de contingência. Junte tudo isso!

Ele vai falar que não tem dinheiro, mas está aqui. Eu não quero colocar o meu dinheiro na reserva de contingência, para ele gastar do jeito que quer. Eu prefiro pagar os professores. Prefiro realmente garantir um direito a pessoas que estão aguardando há vários anos. Então, fica aqui a proposta do nosso bloco, se for a vontade do governo resolver. Vocês imaginam, somos 24 Deputados. Eu não sei quanto dá o montante. Deputado Wasny de Roure, V.Exa. sabe? São 541 milhões. Se cada Deputado der 5 milhões, já ajuda pelo menos a pagar por ordem de prioridade, dos mais antigos. Inicia-se o pagamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputada Celina Leão, são 541 milhões em dois anos. Se cada Deputado der 8 milhões, dá em torno de 200 milhões. Com mais a sobra da Câmara, em torno de 50 milhões, já se paga um ano inteiro, praticamente.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, há poucos minutos nós estivemos reunidos com o Sindicato dos Professores – eu, o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Wellington Luiz, o Deputado Chico Vigilante e o Deputado Rafael Prudente. O governo estabeleceu um critério de pagar mês a mês todas as categorias que têm abono pecuniário. Pagou janeiro, agora pagaria fevereiro de 2016.

De qualquer maneira, o governo está mandando um projeto que excepcionaliza todos os aposentados que têm doenças graves, para que se antecipe, inclusive 2017. Nesse projeto, os Deputados que estavam presentes... Nós estamos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	15	

fazendo um levantamento para que possamos estabelecer uma celeridade maior nos pagamentos, mas é importante dizer que está havendo um critério. O critério não é justo, porque precisamos acelerar: quem aposentou e tem direito à pecúnia tem que receber. Não precisava professor estar aqui pedindo a Deputado ou ao Governador para receber um direito líquido e certo. Sabemos que o ideal seria isso, mas a realidade é outra. Nós temos que agora aproveitar esse projeto do governo no sentido de estabelecermos... O Deputado Chico Vigilante ficou de estudar isso tecnicamente para ver se podemos fazer uma emenda substitutiva a esse projeto a ser encaminhando pedindo ou impondo que o governo dê maior celeridade à quitação do abono pecuniário.

Então, esses dados foram levantados, e ficou o entendimento de intermediarmos isso junto ao Secretário da Fazenda e ao Chefe da Casa Civil depois de todos esses dados no sentido de buscarmos uma solução para que possamos realmente acelerar o pagamento das pecúnias. Essa é a posição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Só para concluir, eu fico muito feliz, Deputado Agaciel Maia, com o empenho de V.Exa., mas eu fico muito triste com a falta de verdade do Governador, porque, antes de aprovarmos o projeto do Iprev, ele dizia que era só aprovarmos o projeto que ele pagaria. Agora ele tem que mandar um projeto à Câmara para ele poder pagar!

Entendemos que talvez aquele discurso não fosse verdadeiro no momento, mas eu quero aqui reafirmar a nossa proposta de usarmos os restos dos recursos das emendas parlamentares dos Deputados que não foram utilizados – que o Governador gosta que coloquemos na reserva de contingência, porque aí ele paga quem quiser do jeito que quiser – para quitarmos os professores. Acho que vai ser o melhor encaminhamento que poderá ser feito com esses recursos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Eu queria inclusive chamar atenção para a proposta da Deputada Celina Leão. Os representantes dos professores estão aqui, a Rosilene, do Sinpro. Que possamos dar encaminhamento a isso, até porque, Deputada Celina Leão, não há que se falar mais em falta de dinheiro, primeiro porque o governo já saiu do limite prudencial; depois, porque foi aprovado o projeto do Iprev; e, depois ainda, porque a União está repassando mais de 400 mil do Fundo Constitucional mensalmente. Então, assim, não é dinheiro. E, aliado a isso...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Quarenta milhões, desculpem. O Deputado Cláudio Abrantes está me corrigindo aqui. Eu falei uma besteira. Quarenta milhões por mês para o Distrito Federal, para vocês terem ideia. Então, definitivamente, não é dinheiro. Aliado à proposta da Deputada Celina Leão,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07	11	2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	
				16	

nós poderemos contribuir com as nossas emendas. Então, só não resolvem se não quiserem. Nesse caso, será falta de vontade política. O nosso bloco, comandado pela Deputada Celina Leão, já se prontificou, e nós vamos cumprir.

Encerrados os Comunicados de Líderes. Passa-se aos
Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parece que mudaram agora o formato de como vamos ter que fazer. Antigamente, nós protocolávamos os requerimentos e, após o protocolo, eles eram lidos, mas agora, para protocolarmos, temos que fazer uma solicitação em plenário.

Então, farei uma solicitação em plenário. Solicito que seja protocolada uma moção, que inclusive já está marcada.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, servidores públicos e estudantes na galeria, venho a tribuna hoje para tratar de assuntos que são até correlatos aos cartazes que vejo nas mãos dos servidores públicos e dos professores, como essa questão do calote do governo em relação aos servidores públicos e a tantas outras coisas.

A Deputada Celina Leão falou há pouco aqui da revolta dela com a postura do governo em relação aos servidores públicos. Nós temos uma fila quilométrica dessa revolta, porque, além de ser um governo que não honra as leis – porque existe uma lei que determina o reajuste, a parcela do reajuste que não foi cumprida –, é um governo que está mancomunado, está em parceria com o Presidente Temer. Além de os senhores e senhoras não terem um reajuste que é legal, por conta dessa parceria, ainda vai haver redução de salário, porque os dois estão aumentando a alíquota de contribuição do INSS de 11% para 14%. Então, é este o olhar que esses governos têm sobre o servidor público infelizmente. Além de o governo não cumprir a lei que determina o reajuste, as parcelas dos reajustes, hoje os servidores públicos do Distrito Federal, todos, sem exceção, terão o seu salário reduzido. Olhem a que ponto nós chegamos.

Não bastasse esse pacote de maldades de um governo que não cumpre leis, de um governo que sobrecarrega o servidor público, ele quer sobrecarregar toda a população do Distrito Federal majorando, aumentando a Taxa de Limpeza Pública. Não sei se vocês sabem, tramita nesta Casa o Projeto de Lei nº 1.734, de 2017, pelo qual o Governador do Distrito Federal quer aumentar, Deputada Telma Rufino, a Taxa de Limpeza Pública. Então, é mais um detalhe deste governo, que só massacra a população do Distrito Federal. Neste tempo de crise, neste momento em que há servidores com salários achatados, com pecúnias que não são pagas, com parcelas

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	17	

que não são honradas, o governo quer aumentar a Taxa de Limpeza Pública. E ele quer aumentar – o texto é claro – em 5% além da inflação. Então, quando o servidor público não tem nem a recomposição inflacionária, quando a população está aí com a altíssima taxa de desemprego do Distrito Federal, o governo quer aumentar a Taxa de Limpeza Pública. Parece piada de mau gosto, mas infelizmente não é.

Então, quero mais uma vez chamar a atenção desta Casa, dos meus pares, dos Deputados no sentido de que nós não podemos permitir mais essa atrocidade contra o povo do Distrito Federal.

Não bastasse isso, Sr. Presidente – já me encaminhando para o final do meu pronunciamento –, eu estou hoje, de uma forma preliminar, oficiando o Governo do Distrito Federal, caro Deputado Prof. Reginaldo Veras, do meu bloco. Este governo, além de ter uma série de tantos defeitos, que já foram trazidos aqui, notabilizou-se, Deputado Prof. Reginaldo Veras, por não cumprir uma lei que é de competência dele, por não cumprir ações que são de competência dele, quais sejam: regulamentação de leis. É um dos governos que menos regulamentam leis, inclusive – pasmem! – leis de autoria do próprio Poder Executivo. Eu tenho aqui uma lista de leis distritais, que vou citar rapidamente: Lei nº 6.007, de 2017; Lei nº 6.004; Lei nº 5.995, de 2017; Lei nº 5.975, de 2017; Lei nº 5.974, de 2017, que – pasmem! – são leis de autoria do próprio Poder Executivo, Deputado Wasny de Roure. O Poder Executivo, que tem obrigação de regulamentar leis, como está previsto na Lei Orgânica do Distrito Federal, não faz isso. Agora V.Exas. imaginem se lei de Deputado Distrital é regulamentada.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Aí V.Exa. tocou num ponto aqui. Os microfones não captaram, mas o Deputado Wasny de Roure colocou desta forma: depende do lado em que está. Deputado de Oposição, para ter uma lei regulamentada por este governo, só se chover canivete.

Então, eu estou cumprindo o rito, estou informando, oficiando o Governo do Distrito Federal de que, na minha avaliação, quando ele não cumpre a sua prerrogativa, quando ele deixa de agir no exercício da sua competência, ele está, no meu entendimento, incorrendo em crime de responsabilidade. Nós estamos oficiando o Governo do Distrito Federal, especificamente o próprio Governador Rodrigo Sobral Rollemberg, para que ele se pronuncie sobre essas regulamentações. O silêncio implicará... Nós estamos aqui com um aviso para não dizer que é uma oposição raivosa, que não escuta, que não conversa. Nós estamos querendo saber do Governo do Distrito Federal qual o motivo dessa omissão do Governador em não regulamentar as leis que lhe são colocadas, que são competência dele.

O silêncio implicará o exercício de ofício de cada Parlamentar que agir buscando o cumprimento da lei. Eu espero que o Governador se manifeste rapidamente, porque, caso contrário, teremos que agir como a lei prescreve, com as representações, as ações, os mecanismos de fiscalização e controle, que esta Casa também tem obrigação de fazer.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	18	

Muito obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas enaltecer alguns pontos do pronunciamento do Deputado Cláudio Abrantes e dizer que a reforma da previdência, conforme declaração do próprio Presidente da República, que já jogou a toalha, não vai sair. É muito bom, principalmente para o partido de V.Exa., Sr. Presidente, porque é uma reforma extremamente impopular e prejudicaria muito o PMDB. Então, isso não vai acontecer. Não existem os votos necessários à aprovação dessa reforma da previdência.

Outro aspecto é no que diz respeito à regulamentação de leis. Se for para reclamar, eu também tenho que reclamar, porque as minhas não foram regulamentadas ainda. Não é uma questão de ser governo ou não, mesmo porque eu estou percebendo que essa questão de ser governo ou não é meio conjuntural. Provavelmente, Deputados que foram governo deixaram de ser governo. Eu, que não era governo, passei a defender os projetos, principalmente os de interesse da população, aqui nesta Casa. E ninguém sabe como vai ser a eleição, porque o que estão dizendo aí é que o partido do Governador provavelmente se colige com o PDT ou com alguns outros partidos de esquerda, com o PT inclusive, o que levaria alguns colegas nossos, hoje críticos do governo, a elogiá-lo.

Nesse sentido, quero apenas dizer que a regulamentação da legislação é uma matéria que o governo alega ser muito complexa, pois são muitas leis. E, como o quadro de servidores, principalmente o de especialistas da Procuradoria, estaria deficiente, haveria essa demora. Então, estou apenas registrando isso.

O problema de se aumentar a alíquota da Previdência de 11% para 14%... A informação é que isso só aconteceria se elegêssemos o Meirelles para Presidente da República, e eu acho que isso não vai acontecer. Portanto, essa preocupação do Deputado Cláudio Abrantes é válida, mas acho que não vai vingar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia. Só fazendo uma observação, mesmo sendo do PMDB, eu não concordo em hipótese nenhuma com essa reforma da Previdência; reputo-a, inclusive, como criminosa.

Com relação a não regulamentar as nossas leis, V.Exa. tem razão, as minhas também não são regulamentadas. E, aí, Deputado Cláudio Abrantes, nesse aspecto, vou ter que concordar com o Deputado Agaciel Maia. É porque o homem é ruim, mesmo. Não regulamenta a de ninguém. A incompetência é que prevalece.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	19	

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu tenho o maior respeito pelo nosso Presidente, Deputado Joe Valle, mas chegou-me a informação, pela minha assessoria, de que nós não podemos protocolar mais, antes de pedir a palavra para fazer a respectiva leitura. Porém, o GDF senta aqui e protocola.

Eu quero saber onde o Regimento Interno diz que o GDF tem direito diferenciado dos Deputados. Se isso estiver no Regimento Interno, eu acato. Mas, se nós temos o mesmo direito de protocolar os projetos como o GDF, quero sentar ali naquele banquinho e fazer os meus protocolos também, sem ter que pedir a palavra, ou, então, quero o mesmo tratamento para o GDF. Que o Líder de Governo solicite a palavra ali do microfone e peça para protocolar! É um absurdo é até patético estarmos sentados aqui, e o meu assessor me dizer que tenho de fazer a solicitação no microfone, enquanto os assessores do governo fazem o protocolo diretamente!

Então, Sr. Presidente, peço para V.Exa., enquanto estiver na Presidência, revogar isso. Depois podemos conversar com o nosso Presidente. Acho que S.Exa. não vai ter nenhuma dificuldade em acatar um pedido que é de todos os Deputados. Fala-se muito: "Ah! O Deputado chega com o requerimento em cima da hora." O mandato de um Parlamentar é muito dinâmico. Por muitas vezes, eu acatei questão de ordem de Deputados que decidiram, na mesma semana, no mesmo mês, fazer uma comemoração. E cabe à assessoria dos Deputados ficar atenta para que os Deputados não aprovelem aquilo que não é coerente.

Faço esse pedido, Sr. Presidente, para que o tratamento seja isonômico, ok? O que vale para nós vale para o Governo do Distrito Federal. Para mim, no meu entendimento, tinha que valer muito mais para os Deputados, porque aqui é a nossa Casa. É o mesmo que irmos ao Burity e lá ele aceitar um protocolo nosso e não aceitar um protocolo interno. É um absurdo!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acolho a questão de ordem da Deputada Celina Leão. O Marcelinho estava explicando qual foi a intenção, a dinâmica, mas, de qualquer forma, nós temos de entender... Reclamamos muito da burocracia que é emprestada pelo Poder Executivo, e não podemos repetir esse erro. É claro que existem algumas preocupações pertinentes, mas a Deputada Celina Leão também lembrou que as nossas assessorias são competentes e estão sempre atentas. Se, eventualmente, algum requerimento, alguma moção, algum projeto que for protocolado requeira uma atenção especial, os nossos assessores e assessoras estarão atentos a isso.

Eu entendo, com o consentimento de V.Exa., que essa norma precisa ser revogada imediatamente. Posteriormente, voltaremos a discuti-la. Então, estamos revogando, com todo respeito à colocação anterior, e depois votaremos a discuti-la.

Peço à assessoria que essa norma seja revogada, atendendo à solicitação da Deputada Celina Leão.

Vamos dar sequência às questões de ordem. Primeiro, o Deputado Wasny de Roure e, em seguida, os Deputados Agaciel Maia e Delmasso.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	20		

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a inclusão na Ordem do Dia de um requerimento de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, para discutir a reformulação do Programa de Atenção Primária à Saúde no Distrito Federal.

Eu não diria nem tanto a reformulação ou o acompanhamento do Programa da Atenção Primária, porque isso tem trazido inúmeros conflitos. Só para o senhor ter ideia, ontem eu estive em Taguatinga, no Centro de Saúde nº 4, ao lado do Hospital Regional de Taguatinga, e havia lá uma confusão generalizada. O diretor estava ausente, por uma questão pessoal, eu dialoguei, mas há uma grande falta de orientação da comunidade, que está pedindo para manter o Centro de Saúde como ele funciona, pois o governo quer transferi-lo para um centro de reabilitação. Se isso não acontecer, ele perderá o convênio que tem com o governo federal e, conseqüentemente, o recurso. Uma coisa não está atrelada a outra; o governo pode implantar a reabilitação em outro espaço.

A segunda questão, Sr. Presidente, é que hoje eu estive na Candangolândia visitando a Associação dos Idosos e, conseqüentemente, o Centro de Saúde da Candangolândia. Lá eles enfrentam o mesmo problema, um conflito com a comunidade usuária do Centro de Saúde, que, neste momento, está sofrendo uma drástica alteração e um quadro de insatisfação generalizada. Então, estamos propondo uma audiência pública para tratar do acompanhamento do programa da transformação da atual estrutura da Atenção Primária à Saúde do Distrito Federal.

Peço a inclusão desse requerimento na Ordem do Dia.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Acolho a questão de ordem de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas pontuar a questão de ordem do Deputado Agaciel Maia, sem, claro, imaginar que posso fazer esse contraponto, visto que ele exerce com maestria o papel de Líder deste Governo. E ser líder deste governo realmente é uma tarefa duríssima. Então, todo o meu reconhecimento ao Deputado Agaciel Maia. Mas a alguns pontos cabem esclarecimento. Vamos lá. Primeiro, a questão da contribuição previdenciária.

Deputado Agaciel Maia, essa situação está sendo discutida à parte da discussão da reforma da previdência. V.Exa. tem razão quando diz que a reforma da previdência não tem força para ser aprovada. Contudo, o Presidente Temer apresentou

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	21	

uma medida provisória que determina que, a partir de fevereiro – sim –, a alíquota do INSS subirá de 11 para 14%, a não ser que os Deputados Federais e o Congresso rejeitem essa medida.

Infelizmente, Deputado Wellington Luiz, isso é uma verdade. Eu gostaria muito que o Deputado Agaciel Maia tivesse razão de que essa majoração não iria acontecer. Mas vai acontecer, a medida provisória está tramitando.

E outra, V.Exa., Deputado Wellington Luiz, colocou que o homem é ruim mesmo. Mas eu vou falar, se não dá conta de fazer, se não faz direito, pede para sair. É muito mais digno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Isso era o ideal.

Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero concordar com a Deputada Celina Leão no que diz respeito à questão sobre o formalismo.

Dada essa dinâmica da atuação parlamentar, estabelecer um formalismo na Mesa atrapalha muito. Eu acho que, quanto ao problema de a proposição ser do Executivo ou do Legislativo, o objetivo maior é de a gente dar maior celeridade possível.

Então, eu quero concordar com a Deputada Celina Leão, Deputada que foi uma grande Presidente e que exerceu com muita maestria o seu trabalho aqui. Sou o número dois na admiração da Deputada Celina Leão e ela sabe disso. Não escondo isso de ninguém. O número um é o Deputado Raimundo Ribeiro, que já está me agradecendo por ter concordado com S.Exa. Quer dizer, não dá nem oportunidade não é Deputado Wellington Luiz?

Concordo com a Deputada Celina Leão, porque acho que a dinâmica nossa impõe exatamente algo bem desburocratizado e, como toda proposição legislativa, tem que ser submetida à aprovação e discussão do Plenário. Não há por que fazer esse formato cartorial na Mesa da Casa.

Parabéns a V.Exa., Deputada Celina Leão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Convido todos os Deputados que se encontram na Casa para que venham ao plenário, a fim de que tenhamos *quorum* suficiente para votarmos os projetos, em especial o 1.084 que diz respeito aos nossos professores. Extremamente importante. Não só para eles, mas para a sociedade como um todo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	22	

Como nesse momento não há *quorum* ainda, convido a Deputada Celina Leão para fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero usar rapidamente o Comunicados de Parlamentares para dois assuntos.

Farei a leitura de um assunto do qual falei na semana passada sobre o Metrô e sobre a possibilidade da paralização dos servidores do Metrô. O Sindicato produziu uma carta aberta à população, e eu faço questão de ler nessa tarde, Deputado.

“Os Metroviários do Distrito Federal vêm esclarecer à população o motivo de iniciarmos uma greve no dia 9 de novembro de 2017.

Em 2015, o GDF e Metrô fizeram um acordo com a categoria referente a convocação dos concursados e data base. Nesta ocasião foi acordado entre as partes que a implementação do índice do INPC, que na época foi estabelecido em 8,41%, e o número de aprovados chamados de 320 e mais 301 - vinculado a possível expansão.

Desde o dia 29/09, o GDF saiu deste limite, o que foi amplamente divulgado pelos diversos meios de comunicação no Diário Oficial, mas não cumpriram com os acordos e compromissos firmados com esta categoria.

Diante do exposto, pedimos a compreensão e o apoio dessa população na luta com o intuito, antes de mais nada, de melhorar o atendimento prestado aos usuários deste sistema de transporte, que vem sendo cada dia mais sucateado e esquecido por este governo, que insiste em priorizar comissionados e contratar terceirizados.

Vale a pena lembrar que esta categoria vem sofrendo também com o descaso deste mesmo governo, uma vez que estamos há mais de três anos sem termos, sequer, uma reposição das perdas salariais referente aos índices inflacionários destes últimos anos.

É fato que vivemos um período de recessão em esfera nacional e que, por conta de vários fatores ocorridos no meio político/empresarial, estamos pagando um alto preço pela corrupção e desgoverno, sem contar com as recentes mudanças nas leis trabalhistas que impactam diretamente nos direitos conquistados com muita luta. Por isso, não podemos nos calar diante destas tentativas de precarizar cada vez mais este meio de transporte que já faz parte da vida cotidiana de nossa cidade.

Por isso é bom frisar que o nosso intuito não é, e nunca será, o de prejudicar esta população que cada dia mais necessita de um transporte de qualidade. Nosso intuito é sim o de buscarmos o apoio de todos em busca de uma segurança para os mais de 120 mil usuários, por dia, no sistema, por meio da contratação da quantidade de empregados necessária, como foi acordado diante da Justiça do Trabalho, para prestarmos um serviço que atenda às necessidades da população.

Contamos com a compreensão e apoio de todos!

SINDMETRÔ/DF”

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	23	

Faço questão de ler esta carta, Sr. Presidente, porque hoje o GDF deve fazer uma contraproposta aos servidores e, após essa reunião de hoje, eles vão deliberar ou não pela paralisação. A gente pede que o GDF tenha o bom senso de rever. Só na data de hoje nós tivemos aqui quase três categorias às quais ele prometeu que, se saísse do limite prudencial, se fosse aprovado o Iprev, iria fazer acordos. E não tem feito nem cumprido os compromissos.

Mas, Presidente, também não posso deixar de falar, vou aproveitar para falar aqui rapidamente, como Procuradora da Mulher. Tem sido recorrentemente noticiado nos veículos a questão da violência contra a mulher. Presidente, a gente fica realmente estarelecido com a banalidade dos feminicídios que vêm acontecendo não só aqui no Distrito Federal, mas no Brasil como um todo, o que coloca novamente a pauta da mulher e da violência contra a mulher nesse debate importantíssimo. Aí quero dar uma pincelada nessa questão aqui no Distrito Federal para a gente debater um pouco.

A gente fica sabendo da história da Kelly Cristina, que foi morta ao dar carona a um desconhecido. A gente também teve conhecimento do caso da Rafaela, morta porque o namorado diz que sentiu ódio dela. E o que me deixa às vezes pasma, Presidente, é como as pessoas colocam a culpa ainda nas mulheres! No caso da Kelly Cristina dizem: "Uai, mas como é que ela vai dar carona a um desconhecido?" Era um grupo de WhatsApp, Presidente! Ou seja, colocam ainda a culpa na mulher! A culpa não é da mulher, a culpa da violência contra a mulher não é definitivamente da mulher! Dizem: "Ah, mas ela não teve cuidado". Ora, será que nós temos que ter cuidado 24 horas por dia, como se todos os homens fossem agressores das mulheres? Há inversão de dados, e a gente quer chamar a atenção para esse tipo de comportamento da sociedade. Não podemos inverter os dados. Dizem: "Ah, ela não teve o cuidado. Ah, se eu andar sozinho com uma mulher". Portanto, esse tipo de reflexão, Presidente, tem que ser trazida a este plenário.

Tenho certeza de que muitos casos aqui do DF não foram ainda publicizados.

A gente noticia o caso da Kelly, o caso da Rafaela, mas tenho certeza de que tem muitas mulheres anônimas aqui no Distrito Federal. Não estão sendo sequer vistas, inclusive pela nossa imprensa, e elas precisam ser vistas! O número de casos de feminicídio consumado aqui no Distrito Federal no ano de 2016, Sr. Presidente, foi onze, a gente teve onze casos de feminicídio. No ano de 2017, a gente teve nove até agora, ou seja, proporcionalmente, neste mês a gente ainda não tinha onze no ano passado. Se continuarmos nesse ritmo, podemos fechar o ano de 2017 com mais casos de feminicídio do que no ano de 2016. No ano passado a gente teve nove tentativas, mas, neste ano, houve 35 tentativas de feminicídio. É muita coisa.

Em relação à violência doméstica, a gente teve 6.848 no ano passado. Subiu para 7.119 neste ano, aumentou o número. A violência sexual, Presidente, é algo que assusta. A gente teve 314 casos no ano passado e esse número subiu para 415 casos neste ano.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	24	

E aí, Presidente, feminicídio é recorde nas cidades. A primeira é Ceilândia, depois Samambaia, depois Gama. Fica aqui um alerta aos Deputados de Ceilândia para que a gente possa fazer uma ação, com a Procuradoria da Mulher, setorizada ali na cidade de Ceilândia. É claro que, por ser a maior cidade, vai ter o maior número também de crimes. Na tentativa também, Sr. Presidente, Ceilândia continua na frente; em segundo lugar, São Sebastião; e, em terceiro, Recanto das Emas.

Na relação, Sr. Presidente, entre autor e vítima, casados são 48% dos casos, ou seja, 48% dos autores são casados ou companheiros dessas mulheres. Namorados, Sr. Presidente, são 24%, e ex-companheiros são 12%, ou seja, é algo gritante o que ainda vivemos no Distrito Federal.

As principais motivações dos crimes, Sr. Presidente: violência e desentendimento anterior, 60%, o que demonstra que, na violência doméstica, o cara que bate e que ameaça mata. Não é aquele jargão, Deputado Wasny de Roure, "Ah, quem ameaça não faz". Ele faz. Esta mulher, Kelly Cristina, que tomou onze tiros, já havia sido ameaçada pelo companheiro. Então a gente tem que levar muito em consideração, no caso da violência doméstica, aquele homem que ameaça a mulher, porque ele é capaz de fazer exatamente aquilo que ele falou. As medidas protetivas, Sr. Presidente, são algo que realmente a gente tem que acompanhar.

Eu quero aqui parabenizar o nosso Judiciário, o Dr. Ben-Hur, que tem feito um trabalho maravilhoso, inclusive, com a Mesa Diretora desta Casa.

Sr. Presidente, para terminar esse nosso discurso sobre a violência doméstica, quero agradecer à Mesa Diretora desta Casa, que tem providenciado alguns papéis para que possamos trabalhar essa questão da violência doméstica, e parabenizar V.Exa. Sabemos que é da responsabilidade de V.Exa. essa campanha maravilhosa que V.Exa. tem feito, combatendo e divulgando em nossos veículos essa questão da violência doméstica, que não é um problema só da mulher, é um problema que atinge a família inteira.

A todos os locais a que tenho ido falar sobre a questão da violência, temos recebido elogios pela forma como a Câmara Legislativa tem encarado essa questão dentro da sua publicidade. Então, eu quero parabenizar V.Exa. por essa iniciativa.

E faço esse desabafo aqui. Estamos tendo um crescimento, estamos trabalhando, a Procuradoria da Mulher tem trabalhado muito. Hoje, inclusive, a coluna do Ari foi toda falando sobre isto: até quando um cidadão vai dar onze tiros na cara de uma mulher e a gente vai aceitar, ainda, com facilidade?

A gente fala em 35 tentativas de feminicídio aqui, Sr. Presidente. O senhor imagine: para o cara ser enquadrado, com a qualidade que tem a Polícia Civil do Distrito Federal, em tentativa de feminicídio é algo gravíssimo. É algo muito grave que a gente precisa combater de frente, e a Procuradoria também.

Quero agradecer à minha querida Deputada Telma Rufino, que é uma irmã e tem nos ajudado muito junto à Procuradoria da Mulher. S.Exa. é uma mulher simples, honesta, que tem ido às cidades. Ela brinca que, se fosse por conta dela, seria olho

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	25

por olho, dente por dente, mas, como estamos num momento mais desenvolvido, temos as leis e a força do Estado. Não é, Deputada Telma Rufino?

Quero agradecer à Deputada Luzia de Paula também, mais uma mulher que tem nos ajudado a tocar a Procuradoria da Mulher. Muito obrigada, Deputada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputada.

Lembro que, somando a esses números, só este final de semana, Deputada Celina Leão, nós tivemos seis estupros de vulneráveis. Então vemos que os números só aumentam, só pioram, e aqui, no Distrito Federal, as providências ficam alheias, já que o governo não tem a devida atenção.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero trazer aqui dois problemas que considero extremamente preocupantes.

O primeiro deles é a presença já por muitos anos... Segundo alguns, estão na localidade desde 1992, na comunidade do Varjão, dentro do parque. E há, Sr. Presidente, uma representação do Ministério Público Federal, da Promotoria de Meio Ambiente, pedindo ao Distrito Federal que faça a liberação da área desse parque para que ele seja recuperado para a finalidade a que foi destinado.

Sr. Presidente, fizemos um contato na Casa Civil e fizemos um contato com V.Exa. porque essas pessoas não estão ali há dez dias, há um ano, há dois anos, mas há mais de vinte anos. Há mais de vinte anos estão numa comunidade historicamente associada às ocupações, às invasões. Naturalmente, aquilo se incorporou na cultura daquela comunidade local. E hoje existe uma decisão judicial e, sem dúvida nenhuma, o governo deve se preparar, deve fazer o devido remanejamento da população, e não chegar lá com tratores, chegar lá com o esforço policial, com a proteção policial, para poder o império da destruição tomar conta enquanto cabe a ele, nesse tempo previsto do TAC, tomar medidas que equacionem a situação desses trabalhadores que estão lá.

Inclusive, V.Exa. teve a presença aqui, hoje, de um dos oficinairos – permita-me, Deputado Wellington Luiz, citar o nome dele –, Sr. Aparício ou Aparecido, que teve que enviar para a Bahia os seus filhos, para que ele continuasse trabalhando na oficina. Ele está lá há muitos e muitos anos.

Eu falei com o Secretário Sérgio Sampaio, falei com a Diretora da Agefis, a Dra. Bruna, e conversei com a comunidade. Agora é mais do que uma boa vontade do Deputado. Quem está na função de governo é que tem que tomar essas medidas para ver onde é possível, Deputada Telma Rufino, acomodar os oficinairos, os serralheiros e os moradores que estão lá há muitos e muitos anos, no parque, e não simplesmente fazer uma operação com base na violência, na destruição, achando que estão fazendo um trabalho de pirotecnia, para dar demonstração de poder e de força, vendo uma família, um trabalhador humilhado e tendo seus bens destruídos.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	26	

Eu faço aqui um apelo ao Governo do Distrito Federal para que, antes de agir com a força, possa reacomodar. Não são pessoas que estão lá há dez anos. Estão há muito mais do que dez anos.

Segunda questão. Eu, há pouco, conversava inclusive com o Deputado Agaciel Maia. Na cidade de Santa Maria existem duas associações de carroceiros. Uma dessas associações, muitos anos atrás, recebeu uma autorização da Secretaria de Agricultura para ocupar uma gleba de terra de treze hectares. Essa associação de carroceiros, que a princípio deveria lidar com animais, entre outros, foi, ao longo desses anos, acomodando famílias. Hoje, aproximadamente, umas quatrocentas pessoas moram nessa área, em Santa Maria Norte. Sr. Presidente, fica atrás do Hospital de Santa Maria – para ajudar na localização dessa comunidade.

Eu fui procurado no dia de ontem, pois estão bastante preocupados com essa matéria veiculada essa semana sobre a vila dos carroceiros, no sentido de se retirar a água dessa comunidade como uma forma... É claro, sem água ninguém consegue viver, Deputado Agaciel Maia, todos nós sabemos disso. E, claro, a Globo mostrou tudo com exuberância e com a capacidade técnica dela.

Só que, querendo ou não, nós temos quatrocentas pessoas que moram lá e que devem ser olhadas pelo governo. Se o governo acha que aquela área tem uma destinação, é uma área rural, e que essas famílias não podem ficar lá, que ele as reacomode onde for possível. Agora, simplesmente, para demonstrar força e para demonstrar que a gambiarra é um crime... É um crime realmente. O crime é dos dois, tanto o uso sem o devido acompanhamento por parte do órgão responsável, como também a supressão da água!

Eu queria lembrar aqui aquele texto da palavra de Deus que diz "aquele que der um copo d'água em meu nome". Vamos ter uma noção da responsabilidade que é a água para a vida de uma família.

Então, não é simplesmente estar baseado na autoridade, porque nem a Caesb é dona da água, a bem da verdade, é isso. Nem ela é dona da água! Ela usufrui de uma água da natureza para faturar a sua receita mensal. Essa é a verdade. Ou é a Caesb que produz a água? Ela inclusive vai colher a água onde essa água brotou ou onde veio a ser acumulada, no Descoberto ou até mesmo aqui na Reserva de Santa Maria, que ela distribui quase que naturalmente, sem fazer nenhum tratamento, pela excelente qualidade que tem.

Então, quero aqui trazer este debate a esta Casa. Eu não quero dizer que lá dentro dessa ocupação, da maneira como ocorreu...

Eu estive conversando com o administrador de Santa Maria, que é um servidor sério, o Hugo. Este é um servidor sério, um servidor de carreira. Ele me informou e falou: "Olha, Deputado, ali vários lotes foram vendidos, e ninguém tem o documento". Ou seja, o lote foi grilado, foi grilado! Ora, então o governo tem que agir com a força da polícia para encontrar quem é o responsável pela grilagem de terra. Não pode fazer de conta que não sabe quem é o grileiro, fazer vista grossa, e ir atrás apenas de quem

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	27	

foi lá precisando morar, precisando sobreviver, que é o criminoso nessa história. Portanto, tem que retirar a água é deles. É isso que não conseguimos entender, como é que a operação é apenas em cima do mais fraco e não em cima daquele que comete o crime.

Por último, Sr. Presidente, eu queria informar aqui, Deputado Wellington Luiz, que recebi hoje a notificação, o Ofício nº 9.303, de 2017, da Presidência do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o qual relata que a Representação nº 4, de 2017, que fizemos junto ao Ministério Público, da corte, ou seja, o Ministério Público de Contas, um pedido de cautelar ao Projeto de Lei Complementar nº 122, de 2017, enviado pelo Poder Executivo... Nós apresentamos, e o Tribunal de Contas, matéria relatada pelo nobre Conselheiro Renato Rainha, concedeu quinze dias ao Governo do Distrito Federal, especificamente ao Iprev, para que ofereça as informações àquela Casa para poder disponibilizar à sociedade as informações da existência desses recursos e de como eles serão utilizados. Eu deixo aqui essa manifestação do Tribunal de Contas pela importância que tem essa matéria e pela forma como foi seriamente tratada aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Antes de passar a palavra a V.Exa., só quero lembrar dois aspectos que o Deputado Wasny de Roure colocou. A Caesb é uma empresa de economia mista e de natureza privada, viu Deputado Wasny de Roure...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, a Caesb é uma sociedade de economia mista de natureza privada! Tanto é que tivemos a discussão do teto salarial, e eles conseguiram a liminar, porque ela não recebe recursos públicos. E o STJ, inclusive, já definiu matéria nesse sentido.

Há outro aspecto que quero lembrar aqui, Deputado. Hoje, conversei com o Sérgio Sampaio, falava há pouco com o Deputado Agaciel Maia; por isso, pedi, Deputado, para falar antes, para mais uma vez me dirigir a V.Exa. pedindo ajuda. Essa pauta que o Deputado Wasny de Roure trouxe é do Executivo e, novamente, não há sensibilidade.

É claro que existem algumas limitações. O que se está pedindo é sensibilidade, porque nós estamos falando de vidas humanas, pessoas que precisam ser tratadas com decência, com dignidade. Tem de se fazer a remoção, o que nós estamos pedindo – o Deputado Wasny de Roure e V.Exa. têm tratado, inclusive, com aquela comunidade, e hoje eles citaram o seu nome –, e é necessário, é que se dê um tempo e que o governo busque uma nova área para eles. São trabalhadores, Deputado, que estão lá há vinte, trinta anos. Nós não estamos falando de pessoas que invadiram, que chegaram lá ontem. Se o governo não tiver essa sensibilidade, lamentavelmente, nós criamos um problema social.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	28	

Agora, parece, e eu disse isso ao Deputado Wasny de Roure, que o problema é da Câmara e que o Executivo só tem a obrigação de promover as derrubadas e nada mais; parece que cabe ao Executivo virar essa página e a nós, o Legislativo, buscar soluções. É lamentável a falta de sensibilidade desse governo, quando se trata de vidas humanas. Eu quero aqui, mais uma vez, clamar a V.Exa. – em meu nome, no do Deputado Wasny de Roure, no daquelas mais de sessenta famílias de trabalhadores que se encontram no Varjão...

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Deputado Wasny de Roure. Hoje, inclusive, nós temos várias ONGs que defendem que não haja maus tratos aos animais: gatos, cachorros. Então, imagine com o ser humano! Nós sabemos que existe uma série de oportunistas, grileiros, vendendo terrenos, principalmente vendendo ilusões, para algumas pessoas que se apegam, porque quem não quer ter uma moradia? É uma questão humanitária.

Eu acho que remanejar as pessoas de locais que são proibidos faz parte, é a legislação que manda, mas têm de tratar essas pessoas com humanismo, com carinho e fazer um planejamento de remanejamento. Afinal de contas, são pessoas. Se, hoje, nós temos, Deputado Wellington Luiz, tantos organismos, financiados inclusive por países europeus, para cuidar bem dos animais, temos de também criar algumas ONGs para cuidar bem das pessoas. Existe muito dinheiro distribuído. Há um texto que diz que existem ONGs de todo tipo na Amazônia, mas não existe nenhuma no Nordeste, porque existem interesses econômicos por trás disso.

Acho que o pronunciamento do Deputado Wasny de Roure é válido. As pessoas devem se tratar com urbanidade, com humanismo, devem tratar-se bem. Essas pessoas, a maioria delas, foram enganadas, mas têm família, têm filhos, precisam de um espaço.

A política de moradia, está na nossa Constituição, é uma obrigação do governo. Que o governo, realmente, remaneje as pessoas que foram colocadas em locais inadequados, mas dê condições para que essas pessoas sejam transferidas com dignidade. Se assim não fizer, estaremos diante de um problema sério. Se não tivermos respeito nem pelos seres humanos, vamos ter por quem, afinal de contas?

Como o Deputado Wasny de Roure falou, apesar de a Caesb ter o controle majoritário em termos de ações, controle do Governo do Distrito Federal, é uma empresa de iniciativa privada. V.Exa. tem razão, ela tem as características de uma empresa privada, mas precisa haver uma contrapartida social. Não pode simplesmente chegar e tirar a água de pessoas que precisam dessa água para sobreviver. Essa é uma ação de governo.

Então, eu quero parabenizar V.Exa., Deputado Wellington Luiz, e o Deputado Wasny de Roure, exatamente por fazer a defesa não da grilagem, não da ocupação irregular, mas do direito, que V.Exa. mantém, de ser tratado bem.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	29	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Sempre soubemos que podíamos contar com a sensibilidade de V.Exa. e com a capacidade de solucionar esses problemas. Eu acho que é isso que o governo precisa entender. Quando alguém é eleito é para resolver problemas. Não é para sentar numa cadeira e ficar assistindo, de camarote, àquilo que existe numa cidade. É importante que ele tenha esse sentimento. Governar é administrar os problemas que existem numa grande cidade, principalmente em Brasília. Eu parabeno V.Exa. e, mais uma vez, conto com a ajuda de V.Exa., nobre Deputado Agaciel Maia, e do meu companheiro Deputado Rafael Prudente, que têm conseguido também nos ajudar em muitas demandas.

Obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, eu venho à tribuna neste momento com muita tristeza. Eu acabei de ir ao Campo da Esperança para o velório de um grande companheiro, um lutador, secretário-geral do Sindicato dos Rodoviários do Distrito Federal, Diógenes. Quantas vezes o Diógenes esteve aqui nesta galeria juntamente com os rodoviários brigando pelo direito daqueles trabalhadores. Eu me lembro do Diógenes aqui, nesta galeria, junto com os trabalhadores da COOTARDE, Cooperativa de Transporte do Distrito Federal, quando eles brigavam pelos direitos deles. Depois nós vimos o desfecho da Cootarde. Todas aquelas denúncias que o Diógenes fazia eram verdadeiras. Infelizmente esse companheiro faleceu hoje. A família realmente está enlutada. Ele foi velado na Campo da Esperança, na capela nº 4, e já está em deslocamento para o Estado da Bahia. Ele será sepultado na terra natal dele, em Tabapuã, no interior da Bahia. Portanto, eu quero aqui me solidarizar com a família do Diógenes, especialmente com a família dos rodoviários do Distrito Federal, uma categoria de luta, de ponta, que perde, neste momento, um guerreiro, um batalhador, um companheiro extraordinário que teve a vida interrompida aos 38 anos por morte natural. É lamentável o falecimento dele porque poucos guerreiros forjados na luta, como Diógenes, existem neste País, existem aqui na Terra. Portanto, eu lamento profundamente a passagem do Diógenes. Eu rogo a Deus que o receba com todo o galardão que merece no Céu.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Também prestamos aqui nossa solidariedade à família, nossas condolências. Que Deus dê o descanso a ele e todo conforto aos dele. De fato, eu também tive oportunidade de conhecer o Diógenes. Que Deus possa realmente dar amparo a todos eles. Obrigado por V.Exa. nos representar no cemitério e, em nome de nós Parlamentares, prestamos nossas condolências.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	30

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Sinpol, o Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal, que está agora divulgando os tipos de crime e como vêm evoluindo esses indicadores.

Fiquei bastante assustado, Sr. Presidente, porque vi que, de outubro de 2016 a outubro de 2017, houve um aumento de quase 17% dos roubos a postos de combustíveis. Para se ter ideia, Sr. Presidente, já no mês de setembro de 2017 a outubro de 2017, essa evolução foi de 84%. Os roubos em comércio subiram 25% de setembro de 2017 a outubro de 2017. Os homicídios aumentaram quase 28% de setembro de 2017 a outubro de 2017.

Eu não sei o que está acontecendo, Sr. Presidente. Eu não sei o que está acontecendo. Esse quadro de desalento da população, de desesperança, de desemprego é que vem provocando esse aumento assustador, que vem possibilitando um quadro de perplexidade por parte da nossa população. Há a perda do respeito à vida. O Deputado Chico Vigilante tem falado por várias vezes sobre o agravamento disso.

Eu peço a V.Exa. que dê como lido, para ser publicado nos Anais desta Casa, esse informativo que aponta esses números apresentados pelo Sindicato da Polícia Civil na nossa cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acato o pedido de V.Exa.

Solicito à nossa assessoria que adote as devidas providências.

(Segue documento a que se refere o Deputado Wasny de Roure em seu pronunciamento.)

Sinpol-DF divulga dados sobre aumento da criminalidade em outubro

7 de novembro de 2017

Em comparação ao mês de outubro do ano passado, vários tipos de crime registrados no Distrito Federal sofreram variação positiva, conforme levantamento do Sindicato dos Policiais Civis do DF (Sinpol-DF).

Houve aumento dos casos de roubo a postos de gasolina, com avanço de 16,6%, e roubos em comércio, com ampliação de 7,7%. Os furtos de veículos subiram de 898 para 1.003 casos registrados e os latrocínios, na forma tentada, aumentaram de 20 para 25 casos. Os roubos em residência, por sua vez, passaram de 53 para 62 – uma variação positiva de 16%.

Se comparados a setembro deste ano, também houve aumento. O destaque fica para os casos de homicídio, que avançaram 27,5%. Os roubos a comércio continuam em curva ascendente, evoluindo de 134 para 167. Os roubos de veículos saíram de 321 para 394 casos registrados. Da mesma forma, o furto de veículos evoluiu de 429 para 455. Os roubos a postos de gasolina aumentaram em 84%.

Confira todos os números na relação abaixo:

Tipo de crime	Outubro – 2016	Outubro – 2017	Variação
Roubos a postos de combustíveis	30	35	16,6%
Roubo em comércio	155	167	7,7%
Furto de veículos	898	1.003	11,7%
Homicídios	51	51	—

Latrocínios	03	04	-
Latrocínios tentados	20	25	25%
Roubos em residência	53	62	16%
Tipo de crime	Setembro – 2017	Outubro – 2017	Variaçã
Homicídios	40	51	27,5%
Roubos em comércio	134	167	24,6%
Latrocínios	3	4	-
Roubos em residência	60	62	-
Roubo de veículos	321	394	22%
Furto de veículos	429	455	6%
Roubos a postos de combustíveis	19	35	84%

“Ao contrário do que prega a Secretaria de Segurança Pública, não há diminuição da criminalidade. Os números indicam uma variação mensal, ora para cima, ora para baixo, o que aponta uma constância, ao contrário de uma desejada curva descendente”, avalia o presidente do Sinpol-DF, Rodrigo Franco.

Segundo ele, entre as causas para o aumento da violência estão as equivocadas políticas de Segurança Pública implantadas pelo Governo do DF (GDF). Policiais civis têm sido escalados para fazer o trabalho da Polícia Militar com a conivência da direção-geral da Polícia Civil do DF (PCDF).

Por outro lado, a sensação de segurança, teoricamente planejada pela SSP, não irá reverter enquanto houver a permissão velada para que os policiais militares continuem tentando fazer o papel da Polícia Civil, que é a investigação. Além de multiplicar os militares que trabalham sem farda e sem viatura caracterizada, o comando da PM insiste em manter viaturas novas estáticas em áreas verdes e calçadas.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	31	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabenizo V.Exa. por observar isso.

Lembro, Deputado Wasny de Roure, que há pouco eu fiz referência, quando a Deputada Celina Leão falou do feminicídio, ao número de estupros que aconteceram no período de 12 a 15 de outubro, em apenas dezesseis delegacias circunscricionais.

Para vocês terem ideia, os estupros foram quatro. Estupros de vulneráveis, seis. Homicídios consumados, doze. Tentativas de homicídios, quatorze. Roubos a transeuntes, Deputada Celina Leão, foram 223. Roubos de veículos, 46. Roubos em comércio, quatorze. Deputada, isso entre os dias 12 e 15 de outubro, em dezesseis delegacias circunscricionais, ou seja, o crime tomou conta do Distrito Federal, e o Governador diz que aqui é uma cidade segura de se viver – desde que seja com os seguranças dele. Se alguém tem direito a isso, eu não sei.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós, há algum tempo, aprovamos aqui nesta Casa a emenda impositiva. Aí, eu quero chamar, inclusive, a atenção do Deputado Cláudio Abrantes, porque há uma percepção, Deputado Cláudio Abrantes, da não execução das emendas dos Deputados de oposição.

Das minhas emendas do PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira, várias não foram liberadas, e eu tenho crédito ainda para liberação, conforme o acordo.

Então, esta é a pergunta que deixamos para o Executivo: ele vai liberar as nossas emendas que são impositivas? Porque, por exemplo, a minha prioridade são as relativas ao PDAF. Se ele não for liberar, eu vou entrar com ação de crime de responsabilidade. E acham ruim ainda quando a gente manda a liberação de algumas coisas. “Não, isso aqui não está na cota.” Que cota? A lei que nós aprovamos aqui na Casa não tem cota. Há aquilo que o governo tem que cumprir, que são emendas impositivas. Ele não tem que falar que não há projeto para PDAF. PDAF não tem projeto. Ele não tem nem como argumentar.

Então, a gente faz um apelo, porque, quando a gente entra no Judiciário, como disse bem o Deputado Cláudio Abrantes, fica parecendo que o Deputado está perseguindo o Executivo. Não! É o Executivo que não cumpre a parte dele na legislação. Inclusive, estamos aqui à disposição para dialogar. “Ah, não temos condição de fazer tudo.” Qual é a prioridade? A prioridade, para a gente, são as emendas do PDAF.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputada. O fato nos causa estranheza. Aliás, não nos causa mais estranheza nenhuma a conduta desse Governador.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	32

Nós temos, neste momento, 11 Parlamentares, o que nos impede de iniciar o processo de votação. Tenho pedido aos Parlamentares, tenho apelado para que venham, até em respeito aos professores que aqui se encontram. Temos um projeto de extrema importância. Ainda vou esperar uns cinco minutos.

Há expediente sobre a mesa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados. Outro dia eu fiz esse comentário. Quando a gente vai averiguar, há colegas Parlamentares que não aparecem no horário de expediente. E não vale assinar, Sr. Presidente. Não vale assinar. Não acho moralmente correto. Se não veio, é preferível admitir a ausência do que assinar fajutamente. Isso não é correto. Nós estamos aqui para votar, hoje é terça-feira. Nós votamos na terça-feira da semana passada. Então, se faltou, faltou para valer. Não é de araque, não. Se depois vai assinar, isso não pode acontecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado. Eu quero concordar com V.Exa. Também não é justo, quando são projetos do governo, a Casa ter vinte e tantos Deputados. Quando os projetos são de Parlamentares, projetos nossos, que atendem aos interesses da população, daquela população que nos elegeram, que nos colocou aqui, nós não estamos aqui para votar, acho um desrespeito a essa população. Então, acho que é questão de consciência do Deputado.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Deputado Wellington Luiz, eu corroboro o que disse o Deputado Wasny de Roure, e também o que V.Exa. colocou. Primeiro, não é justo assinar e ir embora. Então, que seja feita a chamada nominal. Concordo que seja feita a chamada nominal. Segundo, V.Exa. está coberto de razão. Quando é projeto do governo, a gente debate por horas. Hoje, a maior parte da Oposição está presente. A maior parte da Oposição, que é a minoria. Se formos fazer verificação de *quorum*, veremos que a Oposição... E a Base some? A Base some majoritariamente, ela não está presente. Nós só temos dois ou três da Base. Quatro, com a Deputada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Nós queremos parabenizar os Deputados da Base que aqui se encontram. De fato, há uma pequena parte de Deputados da Base.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Óbvio, não vamos negar. Mas cadê o restante da base do governo? Então, temos que parar de brincar, não podemos ficar abaixando a cabeça para o governo, que é base. Votar projeto do governo é importante, a Base está fazendo o seu trabalho, mas não podemos ficar aqui brincando. Quando é projeto de Deputado, ninguém quer debater. Ai é brincadeira!

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	33	

Então, eu quero fazer solicitar a verificação de *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O Deputado Cláudio Abrantes tem razão. A gente agradece aos Deputados da Base e os parabeniza. Estão aqui o Deputado Delmasso, a Deputada Luzia de Paula, o Deputado Agaciel Maia, a Deputada Telma Rufino. O Deputado Bispo Renato Andrade está de lá ou de cá? Tem hora que eu não sei. Ah, é oposição.

Deputado Chico Vigilante, peço uma gentileza. A Deputada Luzia de Paula falará e, na sequência, eu passo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu sonhei que esse dia chegaria e nós tivéssemos um grupo, um número significativo de Deputados clamando pela presença dos Deputados no horário de trabalho. Um dos meus defeitos é assiduidade e pontualidade. Então, hoje eu fico muito feliz quando vejo esse clamor. Espero que a gente continue nesse ritmo do nosso horário de trabalho e de prestação de contas à sociedade, principalmente a sociedade trabalhadora, que entra no trabalho e cumpre as suas oito horas diárias sem nenhuma desculpa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputada Luzia de Paula, V.Exa. quase não tem defeito, e quando tem, é o da assiduidade.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Quero fazer uma proposta clara e objetiva para a Mesa Diretora desta Casa: está na hora de colocar ponto eletrônico para os Deputados. Quem veio, veio e assinou. Se o camarada passar o código dele para alguém assinar, vai ser cassado por falsidade ideológica. Estou propondo à Mesa Diretora a implantação do ponto eletrônico para os Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu quero aqui, publicamente, concordar com V.Exa. e assumir esse compromisso. Estava aqui o Deputado Raimundo Ribeiro, e os demais Deputados; a Deputada Telma Rufino está na Mesa. Que a gente possa implantar isso aqui de fato. Terça e quarta-feira são dias de votação, o Deputado tem que estar aqui. É inadmissível que isso não aconteça.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em todo Parlamento, desde o Senado Romano, hoje passaram praticamente os 24 Deputados por este plenário, a prova é a assinatura. Eles vieram. O defeito não está na presença do Deputado, há duas causas principais. Primeiro, tem que ter uma motivação. Nós não temos nenhum projeto hoje na pauta que crie motivação no

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	34	

Parlamentar – seja de governo, seja de Deputados –, a não ser um proposto pelo Deputado Bispo Renato Andrade.

Outra é a questão da frequência. Depende muito de uma certa disciplina na hora de votar. Já vai dar 18h. A maioria dos Parlamentares, hoje, tem agenda em cidades e o trânsito é pesado. Para chegar a determinada cidade, para fazer a agenda política, se saio às 6h, só consigo chegar às 8h.

O Parlamentar que vem – praticamente todos passaram por aqui –, desanima porque fica três, quatro horas esperando o início da votação, e ela não acontece. Ele tem outros compromissos. Os Parlamentares não abem mão nem do discurso de Líderes, nem do discurso de Parlamentar. Portanto, não é uma questão de ponto, porque, quando há matérias importantes, do governo ou dos Deputados, nós votamos. Faz parte do cotidiano do Parlamento, seja ele aqui, seja ele qualquer outro, a motivação por matéria que realmente tenha um atrativo especial.

Eu sou Líder, os demais estão aqui, mas quando dá 18h e a gente não começa a Ordem do Dia, realmente fica desanimador.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Agaciel Maia, nós temos que lembrar que na terça-feira – não estou querendo me meter na agenda de nenhum Parlamentar – o Deputado tem que lembrar que tem compromisso com as votações. Concordo com V.Exa., é importante que a gente altere. Se houver concordância, na terça e na quarta-feira vamos votar primeiro e, depois, quem quiser fique falando.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, apenas para dizer a V.Exa. que a Base está em número maior.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Agaciel Maia, viraram o jogo? Se viraram o jogo, meus cumprimentos.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – A base continua a mesma, o esmalte é que, às vezes, é diferente.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, visualmente há *quorum*, vamos votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Sobre a Mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	35	

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço apenas que seja incluído como item extrapauta esse recurso que foi apresentado contra a decisão da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, que seja mantido aquele acordo, sobre o qual muitos Líderes já se pronunciaram, para que seja votado como primeiro item da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 1.084, de 2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “acrescenta dispositivos à Lei nº 4.317, de 9 de abril de 2009, que Institui a política Distrital para integração da Pessoa com Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências, com o objetivo de garantir, ao professor com deficiência da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, prioridade no procedimento de escolha de turmas”. É o item nº 115.

Se ele não for votado e sancionado pelo Governador, não vai dar tempo para que eles possam fazer essa opção.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acolho a solicitação de V.Exa. Vamos colocar como primeiro item de pauta o item nº 115.

Acolho também a solicitação do Deputado Raimundo Ribeiro.

Acolho os recursos em bloco, conforme sugerido pelo Deputado Delmasso.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava aqui no plenário às 15h15min. Eu gostaria de utilizar o meu tempo para fazer um pronunciamento, que não vai durar mais de dois minutos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, V.Exa. me pediu, e o Deputado Bispo Renato Andrade...

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – V.Exa. se esqueceu do seu único companheiro de partido.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Foi mesmo, Deputado. O Deputado Bispo Renato Andrade ficou buzinando aqui no meu ouvido e variou a minha mente.

Deputado, V.Exa. pode usar a palavra imediatamente.

(Manifestação fora do microfone.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	36	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Onde V.Exa. quiser. Deputado, V.Exa. está com direito de escolher onde quiser, inclusive daqui do meu lugar. Primeiro, porque V.Exa. é do PMDB.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, agradeço a compreensão de V.Exa. e dos demais presentes. Quero dar o meu boa tarde a todos.

Sr. Presidente, é uma questão muito importante. Não só eu estou recebendo diversas pessoas no gabinete e nas reuniões nas cidades. Tenho certeza de que também o Deputado Wasny de Roure, a Deputada Celina Leão, o Deputado Chico Vigilante, V.Exa. e o Líder do Governo, Deputado Agaciél Maia.

Eu não consigo mais, Deputado Chico Vigilante, receber as pessoas que estão pedindo apoio a atividades esportivas no Distrito Federal, em especial àqueles projetos sociais de futebol, que tanto fazem o papel que o Estado deixa de fazer, Deputada Luzia de Paula. No ano de 2015, destinei 500 mil reais à Secretaria de Esporte para apoio a atividades esportivas, como compra de bolas, coletes, equipamentos e materiais, para que essas crianças e esses jovens tenham o que fazer. Muitas vezes, esses profissionais, fazendo esse tipo de atividade, dão outro tipo de atividade a esses jovens.

Soliquei recursos em 2015 e em 2016. Temos lá mais de 300 mil reais já liberados, Deputado Wasny de Roure, desde o mês de janeiro. E, até hoje, desde o início do nosso mandato, eu não consegui, Deputado Bispo Renato Andrade, gastar um centavo que seja, por conta de dificuldades dentro da Secretaria de Esporte e também dentro de quase todas as regiões administrativas.

Deputado Wasny de Roure, V.Exa., o Deputado Ricardo Vale e o Deputado Julio Cesar aprovaram um projeto importante aqui, que foi o Programa Boleiros, mas esse programa não está chegando lá na ponta, porque a Secretaria se recusa a pagar até a arbitragem para que as ligas e os jogos possam acontecer.

Então, fica aqui o meu registro e o meu apelo ao Governo do Distrito Federal e à Secretaria de Esporte no sentido de que trabalhem, que cuidem dos nossos jovens e das nossas crianças, que liberem os recursos, que gastem os recursos que já estão liberados não só por mim. Tenho certeza de que vários dos Deputados que estão aqui têm recursos presos dentro da Secretaria de Esporte. Enquanto isso, o esporte está ficando à míngua dentro do Distrito Federal.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Rafael Prudente. Ainda bem, Deputado, que V.Exa. falou disso, porque é algo extremamente importante e, de fato, o governo tem que ter sensibilidade.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	37

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou ser bem breve, até pegando a fala do Deputado Rafael Prudente. Eu conheço de perto esse problema do futebol amador aqui do Distrito Federal. Infelizmente, a Leila, a Secretária do Esporte, Turismo e Lazer, está literalmente pisando na bola, porque não é falta de recurso. Há lá, só meus, 500 mil liberados, desbloqueados, para ela pagar essas arbitragens dos campeonatos amadores do Distrito Federal. Ela simplesmente não quer utilizar o recurso e não dá justificativa nenhuma.

Não vou entrar muito em detalhe aqui, não. Semana que vem, vou fazer um pronunciamento aqui mostrando números, dados. Infelizmente a Secretária, não sei por quê... Ela começou bem no início do ano, no primeiro semestre, executou emendas nossas, Deputado Wasny de Roure, do Deputado Julio Cesar e minha e depois resolveu, por conta própria, parar um programa, que, inclusive, virou lei, aprovada por esta Casa.

Então, está de parabéns V.Exa., Deputado Rafael Prudente, por trazer esse debate aqui. Eu já falei inúmeras vezes sobre isso. O ano está acabando, e a Secretária Leila, não sei por que, não quer mais atender o futebol amador do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns, Deputado.

Mais do que pisar na bola, eles estão comendo e com a bola engasgada.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é só para dar um informe rapidamente. Eu não vou nem utilizar a tribuna para isso. É só para deixar isso registrado nos Anais.

Ontem eu fui convidada para uma reunião no Sindicato dos Médicos. Havia lá, mais ou menos, uns 150 médicos, junto com o nosso presidente do sindicato, o Dr. Gutemberg. Nós estamos com um problema sério no Converte, um problema seríssimo: esvaziamento dos postos de saúde do Distrito Federal, fechamento de pediatrias, fechamento e interrupção de clínicas médicas. Então, nós estamos com um verdadeiro imbróglio.

Eles fizeram um pedido a esta Casa. Eu fiz já o ofício, e já conseguimos a data do dia 11 para realizarmos uma comissão geral aqui na Casa para discutirmos o problema do Converte. Até quem se converteu, Deputado Bispo Renato Andrade, na Secretaria de Saúde está arrependido, porque dizem que a conversão foi errada, diante de princípios errados, de promessas erradas. Então, gostaríamos de discutir isso.

Isso tem causado mortes. Para V.Exa. ter noção, Deputado Wellington Luiz, eles estão treinando médicos que eram especialistas em outras áreas. Por exemplo, um médico era ginecologista e atendia no posto como ginecologista, porque ele é ginecologista. Aí ele fez a opção de fazer o Converte e passou por um supertreinamento para virar pediatra. Sabe em quanto tempo, Deputado? Em 24 horas. Para virar ginecologista, a mesma coisa. Um pediatra, que atendia na pediatria,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	38	

virou ginecologista em 24 horas. Para colocar um DIU – Dispositivo Intrauterino, a pessoa tem que saber colocar.

V.Exa. já imaginou o que vai acontecer nos nossos postos de saúde? Vinte e quatro horas de treinamento para todas essas três especialidades? Clínica médica, 24 horas; pediatria, 24 horas; e ginecologia, 24 horas. Nem o *Flash* consegue treinar em 24 horas, Sr. Presidente.

Então, é uma discussão que temos que fazer. Eu queria deixar esse registro de que ficou marcado para o dia 11. Eu queria também agradecer ao Dr. Gutemberg o convite.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado. Parabéns, Deputada.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento causado pelos itens nºs 1 a 63, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votar as demais proposições da Ordem do Dia e itens extrapauta. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, passa-se ao primeiro item para votação.

Item nº 115:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.084, de 2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “acrescenta dispositivos à Lei nº 4.317, de 9 de abril de 2009, que Institui a política Distrital para integração da Pessoa com Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências, com o objetivo de garantir, ao professor com deficiência da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, prioridade no procedimento de escolha de turmas”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os professores estão aguardando aqui desde as 14h30min. Eu queria sugerir a V.Exa. que votássemos logo o projeto deles em segundo turno. Depois assumimos o compromisso de votar as matérias seguintes.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
07 11 2017	15h00min	101ª Sessão Ordinária	39	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acolho a solicitação de V.Exa., que é extremamente prudente.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta, para apreciação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.084, de 2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordo plenamente com o Deputado Agaciel Maia, mas, já que V.Exa. convocou sessão extraordinária, solicito que acrescente os projetos de Deputados que estão prontos para o segundo turno, e que façamos o que é justo, que votemos os projetos dos Deputados que estão presentes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Pode ser, Deputado. Acho boa ideia. Há algum Deputado contrário à proposta do Deputado Cláudio Abrantes? (Pausa.) Nenhum Deputado é contrário.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero pedir para votarmos o item nº 22 em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Será votado agora, na sessão extraordinária, Deputado.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h2min.)